



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 25/2023 -
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP**

1.0. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Elabora-se o presente Termo de Referência, com base nos termos do art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/21, e do art. 15 da Instrução Normativa n. 09/2022 – TRE-RO.

Definição:

1.2. Contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, em conformidade com a Resolução CONAMA no 358 de 29/04/2005, destinada a atender as unidades da Justiça Eleitoral na cidade de Porto Velho/RO.

Item	Descrição	Quantidade Estimada Mensal	Quantidade total 24 meses
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, para resíduos sólidos GRUPO D (não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares), conforme a Resolução CONAMA n. 358 de	1.000kg	24.000kg



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29/04/2005. “ Art. 24. Os resíduos pertencentes ao Grupo D, constantes do Anexo I desta Resolução, quando não forem passíveis de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser encaminhados para aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.” Endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Area Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.834-899.		
--	--	--

1.3. O TRE-RO, como órgão público responsável pela administração e gestão de suas instalações físicas, busca assegurar a segurança e a preservação de seus espaços, assim como a limpeza e o descarte correto de resíduos sólidos são essenciais para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais, bem como a segurança dos usuários, contribuindo para práticas sustentáveis, bem como o alinhamento à estratégia institucional e aos princípios de governança.

1.4. Constitui-se o objeto na prestação de serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos até o aterro sanitário no município de Porto Velho, endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Area Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.834-899.

1.5. A contratante não se obriga a contratar o quantitativo total estimado no objeto, e o pagamento será proporcional peso do resíduo efetivamente disponibilizado.

1.6 Estima-se a contratação mínima mensal de 500 kg.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.7. A coleta dos resíduos e, consequente, recepção no aterro ocorrerá duas vezes na semana, e durante o período eleitoral poderá a contratante ampliar para até quatro entregas semanais, no horário das 8h às 18h. As datas das coletas e entrega dos resíduos no aterro sanitário serão informados por ofício à contratada.

1.8. A contratação atenderá a necessidade do prédio sede do TRE-RO e seus anexos, em Porto Velho/RO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.9. Endereço da contratante: Avenida Presidente Dutra n. 1889, Baixa da União, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76805-901.

1.10. Endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Area Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.834-899.

1.11. O quantitativo acima é estimado e assim deverá ser contratado, e não obriga a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado.

2.0. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda não está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, visto que se trata de iniciativa não existente quando da elaboração do PCA 2023 e, que por exigência legal, o Tribunal será obrigado a cumprir a partir do dia 10/11/2023, nos termos do Decreto n.15.603/2018 - Resíduos Sólidos do Município de Porto Velho e a Portaria n. 109/SEMUSB/2023 - Plano de Encerramento do Lixão da Vila Princesa.

2.2 Ainda, considerando as informações do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) de Porto Velho, de que os grandes produtores de resíduos sólidos, que geram acima de 200 litros de lixo, por dia, devem, até dia 10 de novembro de 2023, pagar pelo transporte e destinação do próprio lixo, conforme os normativos citados acima, demonstra-se a necessidade da contratação PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS para o TRE-RO.

3.0. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Necessidade:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1. O TRE/RO, como órgão público responsável pela administração e gestão de suas instalações físicas, busca assegurar a segurança e a preservação de seus espaços. A limpeza e o descarte correto de resíduos sólidos são essenciais para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais, bem como a segurança dos usuários, contribuindo para práticas sustentáveis e o alinhamento à estratégia institucional e aos princípios de governança.

3.2. Considerando a Lei nº 12.305/2010, que institui a subordinação de gerenciamento de resíduos sólidos, que prioriza a não geração, redução, a reutilização, a reciclagem e a importantíssima questão da provisão final ambientalmente adequada, lei esta que regula a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

3.3 CONSIDERANDO o Decreto Nº 15.603 de 26 de novembro de 2018 que em seu art. 7º veda aos Grandes Geradores de Resíduos a disposição, sem autorização, dos resíduos nos locais próprios da coleta de resíduos domiciliares ou de serviços de saúde, bem como em qualquer área pública, incluindo passeios e sistema viário, sob pena de multa no valor de 10(dez) UPF/DIA conforme o § 7º do art. 147 da Lei Complementar n. 199/2004.

3.4 CONSIDERANDO, que Grandes Geradores de Resíduos Sólidos são os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros geradores de resíduos sólidos em volume superior a 100 (cem) litros/dia conforme o § 4º do Art. 147 da Lei Complementar 199/2004

3.5. CONSIDERANDO a formalização do contrato nº042/PGM/2023, decorrente do Processo n.º: 00600- 00029612/2023-19-e, que realizou a contratação de empresa especializada em destinação final de resíduos sólidos preferencialmente por meio de Aterro Sanitário para a destinação adequada dos resíduos do município de Porto Velho;

3.6. Esta unidade demandante encaminha o Termo de Referência para, com fulcro no Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, que regulamenta a dispensa de licitação, em razão do valor, a contratação de SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS para o TRE-RO, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quantidade:

3.7. Demonstra-se a necessidade de contratação dos serviços de COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS para as unidades do TRE/RO em Porto Velho

3.8. A quantidade estimada foi baseada no levantamento do quantitativo diário dos resíduos comuns e rejeitos recolhidos pela equipe de limpeza e higienização predial, coordenada pela SEAP, conforme planilhamento contido no evento [1076807](#). Os resíduos foram pesados em balança própria do Tribunal devidamente certificada pelo INMETRO.

3.9. A estimativa de quantidade diária e mensal, definida em quilogramas, foi acrescida de margem de segurança, para comportar o previsível aumento de rejeitos gerados durante o período eleitoral.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Será contratado serviços de COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, atendendo às necessidades dos prédios da Justiça Eleitoral em relação ao gerenciamento adequado desses resíduos. Esse serviço visa garantir o cumprimento das normas de qualidade e segurança, atendendo a um recurso essencial para a instituição.

4.2. Os serviços de destinação final serão executados em aterro sanitário, em estrita conformidade com as exigências técnicas definidas pela legislação pertinente.

4.3. A contratada se responsabiliza por qualquer dano ambiental que for causado em razão dos serviços prestados.

4.4. A realização dos serviços ocorrerá nas datas informadas no objeto deste TR.

4.5. Os procedimentos devem ser registrados em relatórios mensais de consolidação de dados, formulário e planilhas apropriadas, para catalogação, arquivo e histórico, com vistas a estudos e melhorias da qualidade dos serviços prestados e para futuras contratações do mesmo objeto.

4.6. Independentemente da pesagem realizada pela contratante, a contratada deverá emitir comprovante de pesagem, recebimento dos resíduos e apresentá-los à contratante para controle e medição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.7. Importante registrar que, para os serviços de coleta e transportes de resíduos comuns, da sede da contratante até o aterro sanitário, a contratação correrá em autos separados, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, haja vista o serviço é oferecido por mais de uma empresa licenciada em Porto Velho-RO, contudo apenas a ECOFORT se interessou e apresentou cotação de preço.

5.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos neste Termo de Referência.

5.2. A CONTRATADA deverá atender às normativas correlatas ao serviço pretendido, destacando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

5.3. Deverão ser observadas pela contratada as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Resolução CONAMA nº 358 de 29/04/2005.

5.4. Aplica-se, naquilo que for pertinente, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC - Lei nº. 8.078 de 11/09/90, e as demais legislações pertinentes.

5.5. A responsabilidade pela coleta, transporte e destinação dos resíduos sólidos gerados pelo órgão contratante, incluindo eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da contratada, obrigando-se a ressarcir ao contratante quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

5.6. Gestão Ambiental: A empresa contratada deve ser capaz de implementar um sistema de gestão ambiental eficaz, incluindo procedimentos para minimizar impactos ambientais, reduzir a geração de resíduos.

5.7. Sustentabilidade: A empresa contratada deve adotar práticas voltadas para sua operação, visando reduzir o impacto ambiental, promover a economia circular e buscar formas inovadoras na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.8. Licenças e Certificações: A empresa contratada deve apresentar todas as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para operar legalmente na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

5.9. A Contratada deverá apresentar as seguintes licenças e mantê-las atualizadas:

5.9.1. Licença ambiental de operação relacionada aos serviços compatíveis com a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA ([1081789](#));

5.9.2. Licença e/ou Alvará de funcionamento para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Velho-RO - SEMFAZ ([1081778](#));

5.9.3. Comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho. O TRE-RO procederá a consulta junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, ao O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao TCU ([1080857](#), [1080858](#), [1080860](#), [1080861](#) e [1080867](#)).

5.9.4. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pela empresa contratada para destinação final dos RSU([1081779](#) e [1081780](#)).

6.0. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. O TRE-RO, como órgão público responsável pela administração e gestão de suas instalações físicas, busca assegurar a segurança e a preservação de seus espaços, assim como a limpeza e o descarte correto de resíduos sólidos são essenciais para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais, bem como a segurança e saúde dos usuários, contribuindo para práticas sustentáveis, bem como o alinhamento à estratégia institucional e aos princípios de governança.

6.2 Com o objetivo de estabelecer uma política estruturada de gestões dos resíduos sólidos produzidos e gerados por este Tribunal, foi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apovado o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia 2021-2026, por meio da PORTARIA Nº 129/2023 - PRES/GABPRES ([1001934](#)), elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ n. 400/2021.

6.3 O plano, que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e ao Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia 2021-2026, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, e que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão, estabelece a gestão de resíduos, com foco na destinação adequada de papel, plásticos, metais, vidros, resíduos decorrentes da construção civil, os perigosos, e os da área de saúde.

6.4 Contudo, é imprescindível dar o devido descarte para os rejeitos produzidos diariamente neste órgão, que, com o encerramento das atividades do Lixão Vila Princesa, deverão ser destinados para um aterro sanitário controlado, legalizado e licenciado para tal. Nos termos do art. 13 da Lei nº 12.305/2010: Rejeitos são “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (art. 3º, XV, da mesma lei).

6.5 Este Tribunal utiliza o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da AGU/CGU, publicação conjunta da Advocacia Geral da União e Controladoria-Geral da União – 6ª edição (1062361), cuja adoção internamente foi instituída por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2023 - PRES/GABPRES – 0981675. O Guia “tem como objetivo oferecer segurança aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais” (Acórdão nº 1056/2017 - Plenário).

6.6 Diante do exposto, a fim de encaminhar os rejeitos gerados por este Tribunal para o devido tratamento e disposição final, será contratada uma empresa especializada em destinação final de resíduos sólidos, preferencialmente por meio de Aterro Sanitário, para a destinação adequada dos resíduos([0002053-86.2023.6.22.8000](#)).

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1. Prazos e Condições:

7.1.1 O prazo de vigência e execução do contrato será de 24 meses a contar do dia 10/11/2023, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.1.2 Como condição para a renovação, deverá a contratante atestar:

7.1.2.1 - a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

7.1.2.2 - no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

7.1.2.3 - que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

7.1.3 A contratante poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:

7.2.1. Desconsiderar e, conseqüentemente, não pagar as requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com informações incompletas;

7.2.2. Promover, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

7.2.3. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;

7.2.4. Orientar a CONTRATADA acerca da prestação dos serviços do objeto contratado e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes.

7.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos.

7.2.7. Realizar o pagamento dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

7.2.7.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.2.7.2. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.

7.2.7.3. Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.2.7.4. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.2.7.5. Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.7.6. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

7.2.7.7. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual =

6%.

7.2.7.8 A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7.2.8. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.1. Realizar a coleta, transporte e destinação final ao aterro municipal nas condições, preços e prazos estabelecidos.

7.3.1.1. Endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Área Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.834-899

7.3.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

7.3.3. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.3.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.3.5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

7.3.6. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do objeto.

7.3.7. Manter, durante toda a vigência contratual, conta-corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados e vigência contratual.

7.3.8. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF e à Justiça do Trabalho.

7.3.9. Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS).

7.3.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.3.11. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.3.12 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.3.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.3.12. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.3.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.3.16. Independentemente da pesagem realizada pela contratante, a contratada deverá emitir comprovante de pesagem, de recebimento e destinação dos resíduos e apresentá-los à contratante para controle e medição.

7.3.17. Receber os resíduos no aterro duas vezes na semana, e durante o período eleitoral poderá a contratante ampliar para até quatro entregas semanais, no horário das 8h às 18h. As datas das coletas e entrega dos resíduos no aterro sanitário serão informados por ofício à contratada.

7.3.18. A contratada é responsável pela recepção, transporte e destinação adequada dos resíduos.

7.3.19. A contratada deve realizar monitoramentos ambientais para garantir que não ocorram impactos ambientais negativos no solo, água e ar durante a coleta, transporte e destinação final ao aterro dos resíduos.

7.3.20. A contratada deve manter registros detalhados das atividades diárias, incluindo a quantidade e tipo de resíduos recebidos da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratante, a utilização de equipamentos, os processos de tratamento e disposição, entre outros. Além disso, deve fornecer relatórios mensais dos serviços realizados.

7.3.21. A contratada é responsável por implementar e manter medidas de segurança para proteger os trabalhadores que realizam a coleta, transporte e destinação dos resíduos. Isso inclui treinamento, fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a manutenção de condições seguras de trabalho.

7.3.22. A contratada não poderá subcontratar os serviços objeto deste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do

Contrato:

Integrante	Titular	Su
Laurenci Bernardino	Laurenci Bernardino	M Marques

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do

Contrato:

O contrato terá a fiscalização e gestão exercidas pelo Chefe da Seção de Administração Predial-SEAP e pelo seu substituto, em suas ausências legais, com auxílio de servidores lotados na Seção.

8.2.1. O gestor do contrato ficará responsável por:

8.2.1.1. Organizar a reunião inicial;

8.2.1.2. Encaminhar alterações contratuais;

8.2.1.3. Controlar prazos e indicadores contratuais;

8.2.1.4. Atestar notas fiscais;

8.2.1.5. Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.1.6. Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação

8.3.1. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada.

8.3.2. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	-mail	E
Envio de requisições ou outras.	eap@tre-ro.jus.br	s
Envio de notas fiscais e requisições assinadas e carimbadas	eap@tre-ro.jus.br	s

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

9.2. Efetuar o recebimento provisório dos serviços, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão da requisição emitida pela Seção de Administração Predial do TRE-RO.

9.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo gestor da contratação, ou por quem suas vezes fizer, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Após a conferência dos documentos, e a verificação de que os serviços foram prestados com regularidade com as especificações e prazos estabelecidos no termo de referência, o recebimento definitivo será realizado pelo fiscal do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data do efetivo recebimento da prestação do serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.7 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade porventura verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada descumpriu cláusula contratual.

10. REAJUSTE CONTRATUAL E ALTERAÇÃO

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.

10.2. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e a fim de garantir o reajuste anual à contratada, que reflita a variação efetiva dos custos de produção ou dos preços dos insumos utilizados, será utilizado o índice oficial do governo federal, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>)

10.3. O interregno mínimo para concessão de reajuste será contado a partir de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta.

10.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

10.5. Havendo necessidade justificada, poderá haver alteração unilateral pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei 14.133/21.

10.6. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) para um período de 24 meses. Metodologia utilizada: menor preço.

11.1.1. Valor corresponde à proposta mais vantajosa obtida por meio da Cotação de Preços - SEAP (evento [1077961](#)), realizada no mercado local, conforme quadro abaixo:

Item	Objeto - Descrição	Proponente	Regularidade Fiscal	Valor Unitário Quantidade 1 k
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, para resíduos sólidos GRUPO D (não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares), conforme a Resolução CONAMA n. 358 de 29/04/2005.	Nome da empresa: ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL EIRELI CNPJ 24.445.257/0003-87	1080857 , 1080858 , 1080860 , 1080861 e 1080867.	R\$ 0,00
Valor Total estimado para 24 meses:				R\$ 8.400,00

11.2. INFORMAÇÃO CONCLUSIVA VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - ICVEC ([1082717](#)).

11.3. O quantitativo acima é estimado e assim deverá ser contratado, de forma a não obrigar a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

12.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA					
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano		
			exercício corrente 2023 (R\$)	próximo(s) exercício 2024 (R\$)	exercício 2025 (R\$)
Plano Interno Total por exercício financeiro	Serviços de coleta e de tratamento de resíduos.	ADM APOIO	900,00	5.400,00	5.400,00
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Programação financeira COFC 1080789					

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 FORMA DE SELEÇÃO	
II,	1. Dispensa de Licitação: Art. 75, inciso da Lei Federal nº 14.133/2021. II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

☐ Menor preço global

☒ Menor preço por item

☐ Maior desconto

13.3 Dados da futura contratada

Nome da empresa: ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA;

CNPJ: 24.445.257/0001-87;

Contatos: IURI DANIEL SERRATE FARIA;

Telefone: (69) 99975-8886

E-

mail: iuri.faria@amazonfort.com.br, licitacoes@amazonfort.com.br,

licitacoes@amazonfort.com.br, bruna.cabral@amazonfort.com.br,

Representante: IURI DANIEL SERRATE FARIA

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1 Considerando tratar-se de serviço apenas a empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA apresentou cotação de preço e ainda considerando que o valor se encaixa no valor de Dispensa de Licitação: Art. 75, Inc II.

14.2 A empresa tomou ciências das regras atinentes à escolha e à contratação ([1077083](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.3. Critério de habilitação

14.3.1 Licenças e Certificações: A empresa contratada deve apresentar todas as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para operar legalmente na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS**. A Contratada deverá apresentar as seguintes licenças e mantê-las atualizadas:

1. Licença ambiental de operação relacionada aos serviços compatíveis com **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS**, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA [1081789](#);
2. Licença e/ou Alvará de funcionamento para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS**, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Velho-RO - SEMFAZ [1081778](#);
3. Habilitação fiscal, social e trabalhista, [1080857](#), [1080858](#), [1080860](#), [1080861](#) e 1080867;
4. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pela empresa contratada para destinação final dos RSU [1081780](#);

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.3. Será aplicada a sanção de multa incidente sobre o valor contratado, no caso de cometimento de qualquer das infrações descritas no item 15.1.2, desde que não se justifique aplicação de sanção mais grave, em especial:

I - atrasos na coleta do objeto:

1. primeiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 0,5%.

2. segundo atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 1,0%.

3. terceiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 2,0%.

4. quarto atraso de até 06 (seis) horas ou primeiro atraso superior a 6 (seis) horas, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução.

II - O descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação:

1. primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1%.

2. segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2%.

3. Terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidade pertinentes à inexecução.

15.1.2. Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.1.3. Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.4. O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aqueles estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

16. ANEXOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. DOCUMENTO FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD) [1076311](#)
2. PROPOSTA ECOFORT PORTO VELHO S/A, ([1078541](#));
3. INFORMAÇÃO CONCLUSIVA VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (ICVEC) [1082717](#);
4. Licença ambiental de operação relacionada aos serviços compatíveis com PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA [1081789](#);
5. Licença e/ou Alvará de funcionamento para o PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Velho-RO - SEMFAZ [1081778](#);
6. Habilitação fiscal, social e trabalhista: [1080857](#), [1080858](#), [1080860](#), [1080861](#) e 1080867;
7. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pela empresa contratada para destinação final dos RSU [1081779](#);



Documento assinado eletronicamente por **LAURENCI BERNARDINO, Chefe de Seção**, em 08/11/2023, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1082722** e o código CRC **46DC98D1**.

0002049-49.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0002049-49.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional - Contratação da empresa especializada - Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados nas instalações prediais da Justiça Eleitoral em Porto Velho.

PARECER JURÍDICO Nº 258 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([1076203](#)) visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e transporte para tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU em aterro sanitário para suprir a demanda desta Justiça Eleitoral em Porto Velho, de acordo com os contornos preliminares da contratação descritos no Documento de Formalização de Demanda ([1076311](#)).

02. Registra-se que o pedido da contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO nº 9, de 11/10/2022, nos arts. 2º e 26º, inciso VI, publicada no DJE TRE-RO nº 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. Por meio do Despacho nº 2546/2023 ([1076358](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não exigiria** a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO nº 9/2022, encaminhou o processo à SEAP para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

04. Nessa oportunidade, o titular da SAOFC, informou ainda que, em cumprimento ao [art. 29, § 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022](#), procedeu à abertura de processo administrativo (PSEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#)) com a finalidade de informar e manter registros digitais atuais das despesas realizadas durante o exercício corrente e, principalmente, **aferir e evitar eventuais fracionamentos de despesas em contratações diretas, por dispensa de licitação em razão do valor**, com fundamento no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, seja por dispensa tradicional ou eletrônica, conforme informação juntada ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

evento n. [1066974](#) e que tais informações serão atualizadas paulatinamente, de acordo com a abertura de novos procedimentos administrativos para o trâmite de contratações diretas por dispensa de licitação em razão do valor com esses fundamentos.

05. Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito foram juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Cotação de Preços nº 2/2023 - SEAP ([1076515](#)) contendo as condições gerais da contratação e a comprovação do envio desses documentos ao mercado potencialmente fornecedor ([1077045](#), [1077083](#), [1077085](#), [1077087](#), [1077090](#), [1077092](#) e [1078540](#));

II - Proposta da empresa **ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**, CNPJ **24.445.257/0003-87** ([1078541](#)), no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) e documentos comprovem sua regularidade mínima para contratar com a Administração Pública (Certidão Negativa do CNJ: [1080867](#); certidão negativa de débitos trabalhistas: [1081781](#); certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união: [1081783](#) e certificado de regularidade do FGTS: [1083482](#));

III - Documentos complementares da proposta:

i. alvará e funcionamento ([1081778](#));

ii. certidão de registro e quitação de anuidade do engenheiro FELIPE FERRAZ, expedido pelo CREA-RO, comprovando o vínculo de responsabilidade técnica desse profissional com a empresa ECOFORTE ([1081779](#));

iii. certidão de registro e quitação de anuidade da empresa ECOFORTE, expedida pelo CREA-RO, na qual consta a atividades de Coleta de resíduos perigosos e não perigosos; tratamento e disposição de resíduos não perigosos; transportes rodoviários de produtos perigosos; Transportes rodoviários de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis ([1081780](#));

iv. licenciamento ambiental de operação, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA da Prefeitura do Município de Porto Velho para a ATIVIDADE 3821-1/00: Tratamento e disposição de resíduos Não-perigosos; 3811-4/00 - **Coleta de resíduos não-perigosos**; 38.12-2 coleta de resíduos perigosos; 49.30-2; **transporte rodoviário de cargas 49.30 2/03**; transporte rodoviário de produtos perigosos; 52.11-7 armazenamento ([1081789](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta - ICVEC ([1082717](#)), versão final no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);

V - Termo de Referência nº 25/2023 - SEAP ([1082722](#)) - versão final, que reproduz as regras da contratação direta em razão do valor.

06. A Seção de Apoio às Contratações (SAC), após diligências, concluiu sua análise nos seguintes termos ([1082746](#)):

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ: 24.445.257/0001-87, para contratar com a Administração Pública.

*4- Após a análise formal, verifica-se que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, constituída pelo **DOCUMENTO FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)**, evento ([1076311](#)), pela **PESQUISA DE PREÇOS - ICVEC**, evento ([1082717](#)), e pelo **TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 25/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP** evento ([1082722](#)), complementado pela cotação juntada no evento ([1078541](#)) e documentos de habilitação, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.*

07. Sobre a programação, o Coordenador da COFC registrou que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício, com fonte orçamentária devidamente identificada no TR da contratação, de acordo com a proposta orçamentária 2023 registrada no processo nº **0000150-50.2022.6.22.8000**. Assim, veio ao processo a programação orçamentária para a cobertura das despesas no exercício de 2023 ([1083126](#)), reserva orçamentária no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) que informa, ainda, que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro. Em relação aos valores da contratação com previsão de execução no exercício de 2024, consta a seguinte informação do Coordenador da COFC ([1083523](#)):

(...)

*Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da **Lei de Orçamento Anual de 2024** e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME.*

Conforme autorização da SAOFC ([1079268](#)) no exercício financeiro de 2024 haverá o devido ajuste no planejamento orçamentário com remanejamento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

"Manutenção predial sob demanda - imóveis da JE em Rondônia" para "Serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos" posto que este item de despesa não constou da PLOA 2024.

Em complemento, registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

(...)

08. A minuta do contrato que regulará a relação entre as partes foi juntada ao processo no evento [1083535](#). Dessa forma instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

09. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002049-49.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

***Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.*

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

*§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)*

11. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3. Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação.

12. De acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, a fase **preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

13. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da **contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor**. Para hipóteses como tais a **Lei nº 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexistência e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

14. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 3º O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta. (sem destaques no original)

15. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

3.1.1 Análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD.

16. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO nº 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela SEAP para o registro de sua demanda ([1076311](#)). Verifica-se que todos os elementos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se ainda que no próprio DFD, a unidade sugeriu a dispensa do Mapa de Riscos, Estudo Técnico Preliminar e indicação de Equipe de Planejamento e de gestão da contratação, fato este que foi acatado por meio do despacho do titular da SAOFC ([1076358](#)).

17. Também foi afastado processamento da contratação por meio de dispensa eletrônica, prevista nos **arts. 28º e seguintes da IN TRE-RO nº 9/2022**, em função das seguintes e literais razões:

Realizaremos cotações no mercado local, o que dispensa a busca em âmbito mais amplo, uma vez que a aquisição do objeto será mais bem atendida pelas opções disponíveis em nossa região e ainda, apresento as seguintes justificativas para Aquisição no Mercado Local;

1. Não haverá prejuízo da Concorrência:

A aquisição do objeto em questão será realizada por meio de cotações no mercado local. Essa decisão é embasada na convicção de que no mercado local existem diversas opções disponíveis que atendem de forma mais eficaz às nossas necessidades. A aquisição será fracionada, e essa abordagem se baseia nos seguintes pontos:

2. Diversidade de Fornecedores: *No mercado local, há vários potenciais fornecedores deste serviço de coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU.. Isso cria um ambiente competitivo saudável, que incentiva a melhoria contínua dos fornecedores e nos possibilita obter as melhores condições para a nossa organização.*

3. Não há Segregação de Mercado:

A escolha de realizar a aquisição no mercado local não implica em segregação de mercado, e isso se deve aos seguintes motivos:

3.1. Natureza Regional da Licitação:

A natureza regional desta licitação é intrínseca às necessidades e ao escopo do projeto, que requerem a presença e atuação direta no local. Portanto, a restrição à participação de empresas locais é justificada pelas circunstâncias específicas de empresa especializada coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos -RSU, dos prédios do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nesta Capital. Além disso, a coleta é fracionada em dias semanais torna necessária a contratação de empresas instaladas no município para garantir uma execução eficiente e eficaz.

3.2. Estímulo à Economia Local:

A limitação a empresas instaladas em Porto Velho tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico local, contribuindo para o crescimento de negócios na região e a criação de empregos. Essa medida está alinhada com o interesse público de fortalecer a economia local, promovendo benefícios significativos para a comunidade.

3.3. Fornecedores Suficientes:

Uma pesquisa de mercado e análise prévia demonstraram a existência de um número suficiente de fornecedores e prestadores de serviços em Porto Velho que podem atender às demandas da licitação. Isso garante a concorrência necessária para a obtenção das melhores propostas, sem prejudicar a competitividade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Supervisão das Fases de Execução:

Além dos argumentos mencionados acima, gostaríamos de assegurar que esta Unidade irá supervisionar rigorosamente todas as fases de execução do processo de aquisição. Nossa prioridade é garantir a eficácia e a conformidade com os procedimentos estabelecidos, assegurando que todos os requisitos sejam atendidos de maneira adequada. (sem destaques no original)

18. Verifica-se que as justificativas apresentadas pela unidade demandante são aptas para afastar o procedimento da dispensa eletrônica, estando em harmonia com as regras do **§ 2º do art. 28 da IN TRE-RO nº 9/2022**. Nesses termos, esta Assessoria conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

3.1.2 Análise da Estimativa da Despesa:

19. Verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, qual seja **a) a razão da escolha do fornecedor;** e **b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021)** Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

20. Quanto à justificativa do preço, neste Tribunal a estimativa da despesa está disciplinada pelo art. 9º e sgs da IN TRE-RO nº 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, um documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, havendo a unidade prestado as informações exigidas pelo referido formulário.

21. No caso em análise a versão final da ICVEC foi juntado ao processo no evento [1082717](#) e demonstra que a cotação de preços nº 02/2023-SEAP ([1076515](#)) foi expedida a diversas empresas do ramo ([1077045](#), [1077083](#), [1077085](#), [1077087](#), [1077090](#), [1077092](#) e [1078540](#)). Contudo, a SEAP informou que apenas 1 (uma) empresa apresentou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta. **Em função desse resultado a unidade apresentou a seguinte avaliação, veja-se:**

II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:

() Sim

(x) Não (JUSTIFICAR): *Busca-se contratar pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos dos prédios da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO para início da prestação dos serviços a partir do mês de novembro de 2023. Considerando que a execução do serviço é atividade necessariamente local, consultou-se os potenciais interessados dentro do município de Porto Velho. Das empresas consultadas, apenas uma respondeu formalmente enviando a cotação de preços. Sendo certo que empresas de fora não terão interesse/viabilidade em participar, e levando em conta que o prazo para início das atividades é exíguo, a Unidade Demandante optou por aceitar apenas uma proposta, não tendo sido possível obter no mínimo as três propostas com demais fornecedores, embora consultados.*

III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 65/21.

(x) Sim, todos.

Observação:

A COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 2/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([1076515](#)) foi enviada para 05(cinco) empresas do ramo desses serviços ([1077083](#), [1077085](#), [1077087](#), [1077090](#) e [1077092](#)), mas recebemos resposta apenas de uma.

Diante disso, realizamos visitas presenciais a empresas estabelecidas em Porto Velho, utilizando o mesmo formulário de cotação, na esperança de obter propostas adicionais. No entanto, lamentavelmente, as consultas presenciais se mostraram infrutíferas, como relatado abaixo([1078869](#)):

1. Atila Honorato de Matos (Estrela Papa Entulho): No endereço R. Delegado Mauro dos Santos, 904, Agenor M. de Carvalho, Porto Velho – RO, listado na internet como local da empresa, constatamos que a empresa não opera mais nesse local.

2. Depósito de Materiais de Construção São Marcos EIRELI: No endereço Av. Tiradentes, 2906, Embratel, Porto Velho – RO, conforme informado na internet, o proprietário alegou não ser possível fornecer cotações devido a mudanças na destinação e logística.

3. FCG Maranhão Rep. LTDA: Visitamos o endereço R. Mirian Shockness (22 de Dezembro), 4851, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho – RO, como listado na internet, mas encontramos apenas uma residência no local, sem informações sobre a empresa.

4. Eco Caçambas Eco Material de Construção LTDA: No endereço R. Venezuela, 2858, Esperança da Comunidade, Porto Velho - RO, cadastrado na internet, encontramos somente uma residência no local, sem informações sobre a empresa.

5. Grupo Amazon Fort: Visitamos o endereço R. José Camacho, 2574, Liberdade, Porto Velho - RO, conforme listado na internet. Fomos informados de que o acesso à empresa requer indicação ou agendamento prévio. Para obter uma cotação, nos foi fornecido o e-mail luri.faria@amazonfort.com.br, e a recepcionista ou secretária reteve uma cotação para encaminhar ao departamento responsável.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

Art. 6º da IN SG/ME 65/21:

I - INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, vinculadas com o número dos eventos no SEI.

(x) Não há grande variação entre os preços obtidos. Obtivemos apenas uma proposta, e o item não foi localizado nos rpeços praticados pela administração pública (Banco de Preços)

(...)

22. Verifica-se que a unidade buscou realizar a cotação com diversas empresas do ramo, porém obteve apenas uma proposta válida. Está comprovado o envio das cotações às diversas empresas - e mesmo a visita direta de servidores da unidade demandante com esse intuito. Nesses termos, pode-se concluir que há limitação de mercado para o objeto retendido, admitida assim, de forma excepcional, a redução do número mínimo de três cotações válidas, de acordo com os comandos do **Acórdão TCU nº 2.531/2011 - Plenário**.

23. Por tal motivo, resta demonstrado o cumprimento dos requisitos legais da **justificativa do preço** e da **razão da escolha do fornecedor**, representado pela empresa ofertante do menor preço. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

3.1.2.1 Do fracionamento de despesa: Inocorrência.

24. Com o intuito de evitar eventuais fracionamento das despesas nas contratações processadas por dispensa de licitação em razão do valor fundamentadas no **art. 75, incisos I e II, da Lei n. 14.133/2021** - tanto por dispensa tradicional quanto por dispensa eletrônica - o GABSAOFC elaborou quadro com os registros dos processos com despesas no exercício de 2023 ([1066974](#)).

25. A aferição de eventual fracionamento tem seus contornos definidos no âmbito deste órgão pelo **§ 2º do art. 29 da instrução Normativa TRE-RO nº 009/2022** ([0917187](#)), norma que instituiu o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 para os procedimentos das contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Tal regulamento, em harmonia com § 1º, Inciso I e II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021, prevê de forma expressa:

Art. 29. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo anterior, deverão ser observados:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - o somatório despendido no exercício financeiro; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade ou na posse do TRE-RO, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 3º A SAOFC manterá registro em meio digital com os dados dos processos de despesas do exercício corrente, que permitam aferir eventual fracionamento, para consulta de todas as unidades que atuam no processo da contratação ou juntá-los nos respectivos processos.

§ 4º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 337-E do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (sem destaques no original).

26. Verifica-se que o quadro juntado no evento ([1066974](#)) **NÃO** indica qualquer outra contratação anterior no exercício corrente de **serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos**. Portanto, como o valor da contratação pretendida encontra-se no limite da dispensa legal, atualmente fixado em R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, verifica-se o atendimento ao requisito insculpido no **inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

3.1.3 Análise do termo de referência.

27. O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15º e seguintes da IN TRE-RO n. 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SEAP, na sua redação final, para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1082722](#)). Verifica-se que, após as diligências da SAC, a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destacam-se:

I - Definição do objeto - Capítulo 1;

Em conformidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nota-se que a coleta e o transporte terá como objeto resíduos sólidos do grupo d (que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares), conforme a Resolução CONAMA nº 358 de 29/04/2005.

II - A previsão no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO - Capítulo 2;

Como registrado pela SEAP no item 2.0 do TR, a contratação dos serviços não está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023, haja vista que se trata de iniciativa não existente quando da elaboração do PCA 2023, sendo que, por exigência legal, o Tribunal será obrigado a cumprir a partir do dia 10/11/2023, nos termos do Decreto do Município de Porto Velho nº 15.603/2018 e a Portaria nº 109/SEMUSB/2023.

III - Fundamentação da contratação - Capítulo 3;

Considerando que o **Decreto do Município de Porto Velho nº 15.603/2018**, em seu art. 7º **veda** aos grandes geradores de resíduos a disposição, sem autorização, dos resíduos nos locais próprios da coleta de resíduos domiciliares ou de serviços de saúde, bem como em qualquer área pública, incluindo passeios e sistema viário, sob pena de multa no valor de 10(dez) UPF/DIA conforme o § 7º do art. 147 da Lei Complementar n. 199/2004 (revogada pela **Lei Complementar do Município de Porto Velho nº 878, de 17/12/2021**, que estabelece sanção idêntica no seu artigo 311) e havendo a unidade demandante constatado que este Tribunal se enquadra na condição de grande produtor de resíduos sólidos, de acordo com a legislação da municipalidade local tem-se que há fundamento para a contratação.

IV - Descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

Em conformidade.

V - Requisitos da contratação - Capítulo 5;

A unidade lista inúmeros critérios de sustentabilidade ambiental.

Destacam-se:

i. a exigência de licença ambiental de operação relacionada à execução dos serviços compatíveis com **COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS**, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA, juntada no evento [1081789](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii. apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pela empresa contratada para destinação final dos RSU([1081779](#) e [1081780](#)).

VI - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6;

Neste ponto a unidade demandante destacou que é imprescindível dar o devido descarte para os rejeitos produzidos diariamente neste órgão, que, com o encerramento das atividades do Lixão Vila Princesa, deverão ser destinados para um aterro sanitário controlado, legalizado e licenciado para tal. Nos termos do art. 13 da Lei nº 12.305/2010: Rejeitos são “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (art. 3º, XV, da mesma lei).

VII - Modelo de execução do objeto - Capítulo 7;

Verifica-se que, na forma do 7.1.1 do TR, o prazo de vigência e execução do contrato foi dimensionado para 24 meses a contar do dia 10/11/2023, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

VIII - Modelo de gestão do contrato: Capítulo - 8;

Em conformidade.

IX - Critérios de medição e de pagamento - Capítulo 9;

Em conformidade.

X - Reajuste contratual: Capítulo - 10;

Nota-se que, para a correção dos valores contratados, a unidade está prevendo a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>).

XI - Estimativa do valor da contratação - Capítulo 11;

Em conformidade.

XII- Aderência orçamentária: Capítulo - 12;

Em conformidade.

XIII - Forma de seleção do fornecedor: - Capítulo 13;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dispensa de licitação com fundamento no art. 75, inciso II, da NLLC.

XIV - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14;

i. realizada a cotação ao mercado somente a empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA apresentou proposta de preços;

ii. **critérios de aceitação da proposta:** Proposta juntada no evento [1078541](#). Justificativas para aceitação da única proposta de preços constam do ICVEC ([1082717](#));

iii. **critérios de habilitação:** De acordo com o que registrado no item 14.3.1 do TR, a empresa apresentou as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para operar legalmente em SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Foram listados todos os documentos apresentados, os quais foram descritos no relato deste parecer.

XV - Das infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 15;

Em conformidade.

28. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do termo de referência nº 25/2023-SEAP ([1082722](#)) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

3.1.4 Análise da minuta do contrato.

29. A minuta do contrato como documento integrante da fase de planejamento da contratação está disciplinado no § 1º do **art. 21 da IN TRE-RO nº 04/2023**, veja-se:

Art. 21. Cabe à unidade demandante ou à equipe de planejamento da contratação, quando houver, a elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico.

***Parágrafo único.** A minuta do contrato, elaborada pela unidade competente, integrará os documentos da fase de planejamento da contratação, exceto nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e das quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, hipóteses em que a Administração poderá substituí-la por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. (sem destaques no original)*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

30. Por sua vez, a **Lei nº 14.133/2021** cuidou da formalização de contratos administrativos a partir do art. 89, a saber:

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

(...)

*Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para **assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente**, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.*

(...)

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

*II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos **quais não resultem obrigações futuras**, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.*

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (sem destaques no original)

31. Como visto, trata-se de uma contratação com dispensa em razão de valor. todavia, verifica-se que objeto compreende a execução de serviços que resultam obrigações futuras às partes. Nesses moldes, tem-se como imperativo a adoção do instrumento de contrato.

32. Por sua vez, a análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no evento [1080730](#) revela que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante.

33. De notar-se que a SECONT destacou em vermelho os dados da empresa ECOFORT, enfatizando em amarelo o número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da filial: 24.445.257/0003-87. Isso porque a certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, juntada ao processo no evento [1081783](#), refere-se ao CNPJ da matriz:24.445.257/0001-15.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

34. Sobre esse fato deve-se registrar que deverá sempre ser aferida a situação regular da pessoa jurídica que efetivamente contrata com a Administração Pública, sendo a regularidade fiscal exigida para a celebração dos contratos administrativos na forma da Lei nº 14.133/2021, veja-se:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

(...)

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

*§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.*

*§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.*

(...)

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

(...)

4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo. (sem destaques no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35. Nessa linha, embora diversos documentos trazidos ao processo digam respeito ao CNPJ da filial, outros são aplicados a ambas (matriz e filial), como no caso da certidão negativa de débitos trabalhistas: [1081781](#). Acrescente-se entendimento do STJ que, ao julgar o Tema 614 dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que a filial, apesar de possuir CNPJ próprio, não configura nova pessoa jurídica, razão pela qual as dívidas relacionadas a fatos geradores atribuídos a determinado estabelecimento constituem, na verdade, obrigação tributária da "sociedade empresária como um todo". Além disso, em novo julgamento, afirmou a **ausência de personalidade jurídica da filial** e a existência do atributo de unidade da pessoa jurídica de direito privado, inclusive quando em cotejo os estabelecimentos matriz e filial. Isso porque a filial não se constitui mediante registro de ato constitutivo e encerra conformação secundária em relação à pessoa jurídica de direito privado, sendo a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) decorrente da considerável amplitude da "identificação nacional cadastral única". Veja-se:

STJ - Acórdão em ED em Agravo em RESP nº 2.025.237 - GO (2021/0363194-1)

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se, in casu, o Código de Processo Civil de 2015.

II - É preciso ter presente, consoante disposto em normas de direito privado, que filial (i) não se constitui mediante registro de ato constitutivo, (ii) encerra conformação secundária em relação à pessoa jurídica de direito privado; e (iii) a inscrição no CNPJ é decorrente da considerável amplitude da "identificação nacional cadastral única". I

II - A regularidade fiscal no tocante aos créditos tributários diz com a pessoa, física ou jurídica, que detém aptidão para figurar no polo passivo de relação jurídica tributária. Nesse prisma, cuida-se de situação pertinente àquele que figura como sujeito passivo da obrigação tributária, ente revestido de personalidade jurídica.

IV - Conquanto haja autonomia operacional e administrativa da filial, tais características não alcançam o contexto da emissão de certidões negativas de pendências fiscais, as quais se inserem na seara da empresa e não do estabelecimento.

V - A Administração Tributária não deve emitir CND e/ou CPEND à filial na hipótese em que há pendência fiscal oriunda da matriz ou de outra filial.

VI - Embargos de Divergência providos.

(Relatora: Mina. Regina Helena Costa. J. em 2/03/23.

36. Resulta daí que, ausente personalidade jurídica, a filial, que embora possa aproveitar certidões e demais documentos do grupo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresarial, não poderá firmar atos negociais, como o contrato buscado pela Administração. **Em função do exposto, recomenda-se que conste do instrumento contratual o CNPJ da matriz nº 24.445.257/0001-15, sendo representada na forma de seu estatuto social.**

37. Ressalvado o mencionado nos itens 33 a 36 desta, para cumprimento do **§ 4º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021**, tem-se que, sob o aspecto formal, a análise dos elementos da referida minuta revela que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

IV – CONCLUSÃO

38. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022, motivo pelo qual opina:

I - Pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda ([1076311](#)), da informação conclusiva valor estimado da contratação - ICVEC, versão final ([1082717](#)) e do Termo de Referência nº 25/2023-SEAP, versão final ([1082722](#)) também analisados e tidos como regulares pela SAC ([1082746](#)), caso assim também entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022;

II - Pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no **inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021**, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, **diretamente** com a empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA; - **CNPJ:** 24.445.257/0001-87, única a apresentar proposta, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), havendo ainda comprovado os requisitos mínimos para contratar com a Administração Pública e demais documentações exigidas, nos moldes registrados neste parecer.

i. Conforme já apontado no item 7 deste parecer a programação orçamentária para a despesa foi juntada no evento ([1083126](#)). Em relação aos valores da contratação com previsão de execução no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exercício de 2024, consta a seguinte informação do Coordenador da COFC ([1083523](#)):

*Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME.*

Conforme autorização da SAOFC ([1079268](#)) no exercício financeiro de 2024 haverá o devido ajuste no planejamento orçamentário com remanejamento de "Manutenção predial sob demanda - imóveis da JE em Rondônia" para "Serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos" posto que este item de despesa não constou da PLOA 2024.

Em complemento, registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

39. A análise formal dos termos da minuta carreada ao processo pela SECONT no evento ([1083535](#)), revela que o instrumento encontra-se em harmonia com a legislação de regência, com redação adequada às condições ajustadas e decorrentes dos documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável. Contudo, **recomenda-se que, previamente à assinatura do instrumento, seja realizado ajuste na redação da minuta apontada no item 36 deste parecer.**

40. Com precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 10/11/2023, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1084008** e o código CRC **C8660C0D**.

0002049-49.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0002049-49.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional - Contratação da empresa especializada - Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados nas instalações prediais da Justiça Eleitoral em Porto Velho.

DESPACHO Nº 1365 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Administração Predial - SEAP, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e transporte para tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU em aterro sanitário para suprir a demanda desta Justiça Eleitoral em Porto Velho ([1076203](#)).

Para instrução do feito, carreu-se o documento de formalização da demanda ([1076311](#)); a solicitação de contratação ([1076312](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([1082717](#)); e o termo de referência ([1082722](#)).

Carreu-se, ainda, os seguintes documentos: Cotação de Preços n. 2/2023 - SEAP ([1076515](#)), contendo as condições gerais da contratação e a comprovação do envio desses documentos ao mercado potencialmente fornecedor ([1077045](#), [1077083](#), [1077085](#), [1077087](#), [1077090](#), [1077092](#) e [1078540](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ 24.445.257/0003-87 ([1078541](#)), única a apresentar cotação de preço, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), e documentos comprovam sua regularidade mínima para contratar com a Administração Pública; documentos complementares da proposta, quais sejam: i. alvará e funcionamento ([1081778](#)); ii. certidão de registro e quitação de anuidade do engenheiro FELIPE FERRAZ, expedido pelo CREA-RO, comprovando o vínculo de responsabilidade técnica desse profissional com a empresa ECOFORTE ([1081779](#)); certidão de registro e quitação de anuidade da empresa ECOFORTE, expedida pelo CREA-RO, na qual consta a atividades de coleta de resíduos perigosos e não perigosos; tratamento e disposição de resíduos não perigosos; transportes rodoviários de produtos perigosos; transportes rodoviários de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis ([1081780](#)); e iv. licenciamento ambiental de operação, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA da Prefeitura do Município de Porto Velho para a ATIVIDADE 3821-1/00: Tratamento e disposição de resíduos Não-perigosos; 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos; 38.12-2 coleta de resíduos perigosos; 49.30-2; transporte rodoviário de cargas 49.30 2/03; transporte rodoviário de produtos perigosos; 52.11-7 armazenamento ([1081789](#)).

A demanda não está prevista no Plano de Contratações Anual de 2023 do TRE-RO, visto que se trata de iniciativa não existente quando da elaboração do PCA 2023 e, que por exigência legal, o Tribunal será obrigado a cumprir a partir do dia 10/11/2023, nos termos do Decreto n.15.603/2018 - Resíduos Sólidos do Município de Porto Velho e da Portaria n. 109/SEMUSB/2023 - Plano de Encerramento do Lixão da Vila Princesa. Ainda, considerando as informações do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) de Porto Velho, de que os grandes produtores de resíduos sólidos, que geram acima de 200 litros de lixo, por dia, devem, até dia 10 de novembro de 2023, pagar pelo transporte e destinação do próprio lixo, conforme os normativos citados acima, demonstra-se a necessidade da contratação de **prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos** para as unidades do TRE/RO em Porto Velho, conforme item 2 do TR.

O valor estimado da contratação é de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) para um período de 24 (vinte e quatro) meses.

A SAC, após análise do TR, complementado pela cotação juntada no evento n. [1078541](#) e documentos de habilitação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

concluiu que a contratação pretendida encontra-se em consonância com as normas gerais estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, para contratação direta por dispensa de licitação da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA ([1082746](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 1520 da COFC, formalizou a programação orçamentária dos valores a serem executados neste exercício financeiro, conforme TR/PB supra referido, com emissão de pré-empenho ([1083126](#)).

A SAC elaborou a minuta de Contrato de evento n. [1083535](#) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, concluiu pela conformidade do documento às regras da Lei n. 14.133/2021, recomendando que seja realizado ajuste na redação da minuta apontada no item 36 do opinativo, previamente à assinatura do instrumento. Ademais, a AJSAOFC opinou pela adequação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do TR diretamente com a empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA; - CNPJ: 24.445.257/0001-87, única a apresentar proposta; e pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1084008](#)).

A SECONT juntou aos autos a nova minuta de contrato no evento n. [1084044](#), contendo a alteração determinada pela AJSAOFC.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação - ICVEC ([1082717](#)); pela contratação direta da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, por dispensa de licitação, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo [art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021](#); pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 6 do TR; e pela publicação do ato de dispensa no DJE, bem como a divulgação do ato autorizativo e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, e a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br ([1084095](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

Compulsando os autos, verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021). No caso em análise, a versão final da informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação (ICVEC) foi juntado ao processo no evento n. 1082717 e demonstra que a cotação de preços n. 02/2023-SEAP (1076515) foi expedida a diversas empresas do ramo (1077045, 1077083, 1077085, 1077087, 1077090, 1077092 e 1078540). Contudo, a SEAP informou que apenas 1 (uma) empresa apresentou proposta.

Com isso, verifica-se que a unidade buscou realizar a cotação com diversas empresas do ramo, porém obteve apenas uma proposta válida. Está comprovado o envio das cotações às diversas empresas - e mesmo a visita direta de servidores da unidade demandante com esse intuito. Nesses termos, pode-se concluir que há limitação de mercado para o objeto pretendido, admitida assim, de forma excepcional, a redução do número mínimo de três cotações válidas, de acordo com os comandos do Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário. Por tal motivo, está demonstrado o cumprimento dos requisitos legais da justificativa do preço e da razão da escolha do fornecedor, representado pela empresa ofertante do menor preço.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. 1066974, no bojo do PSEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#), não haver indicação de qualquer outra contratação no exercício corrente do serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos.

Com relação ao termo de referência, verifica-se que, após as diligências da SAC, a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade.

Quanto à minuta do contrato, a análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

evento n. [1083535](#) revela que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante. Dessa forma, a AJSAOFC concluiu que o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 14.133/2021, ressalvado o disposto nos itens 33 a 36 de seu opinativo. Com isso, a SECONT juntou aos autos a nova minuta de contrato no evento n. [1084044](#), contendo a alteração determinada pela AJSAOFC, para constar o CNPJ e os dados da matriz da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, qual seja, CNPJ n. 24.445.257/0001-15.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1. aprovo o Termo de Referência n. 25/2023 - SEAP ([1082722](#)), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso [I do art. 72 da Lei. n. 14.133/2021](#);

2. autorizo a despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso [VIII do art. 72 c/c o art. 75 inciso II da Lei. nº 14.133/2021](#);

3. aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1082717](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

4. adjudico o objeto à empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 24.445.257/0001-15, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);

5. determino a aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 6 do TR;

6. determino a divulgação do ato autorizativo e da nota de empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei n. 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade das ações, visando à contratação pretendida.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/11/2023, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1084453** e o código CRC **67617531**.

0002049-49.2023.6.22.8000